



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde

Curso de Psicologia

Ana Luiza Parra Spínola

GÊNERO E TRABALHO:

contribuições de uma leitura da Psicologia Sócio-histórica

SÃO PAULO

2021

ANA LUIZA PARRA SPÍNOLA

GÊNERO E TRABALHO:

contribuições de uma leitura da Psicologia Sócio-histórica

Trabalho de conclusão de curso como exigência parcial para a graduação no curso de Psicologia da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação da Professora Doutora Cris Fernández Andrada

SÃO PAULO

2021

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Rose e Marcelo, e minha avó, Mathilde, que me apoiaram com tanto amor, preocupação e compreensão na construção deste TCC e nos últimos 23 anos.

Às amizades tantas que me tornam quem sou e constroem, comigo, resistência pelos afetos. Em especial ao André, Isabela e Phu por me ensinarem que *todo dia é dia de luta* e que política se faz com paixão. Junto deles que lembro de ter forças para seguir.

A todas as mulheres que cruzei no movimento estudantil, e fora dele, que me ensinam a falar, a gritar e a ouvir com sensibilidade e autoridade. Particularmente Mylena, Clarice, Jaquelina, Luisa, Carolina e Bruna por me amadriharem de tantas formas.

Agradeço às amigas futuras psicólogas que, pelas janelas do pátio da cruz, inventam horizontes para uma nova psicologia, feita com muito amor, respeito e comprometimento. Julia, Beatriz e Fernanda, obrigada pelos carinhos, pitacos e intensidades que me acompanharam neste projeto tão de perto.

À Mônica agradeço o amparo nos processos de formação e transformação dos últimos anos, sobretudo nesse momento de dar e tirar significado às discussões de trabalho e gênero, durante uma pandemia e tudo que isso mobiliza.

À Graça, agradeço pelos momentos em sala de aula, pelas indicações de leitura e por aceitar ser parecerista deste trabalho.

Por último, e possivelmente mais importante, agradeço à Cris que, com entusiasmo, acolheu este projeto. Construindo nos diálogos, sempre atenciosos e cuidadosos e movimentando a mim e o texto, tornando possível esta produção.

RESUMO

Essa pesquisa teve como objetivo geral compreender conceituações de gênero em diferentes momentos históricos e, simultaneamente, estabelecer semelhanças e diferenças entre estas conceituações. Se propôs também, como objetivos específicos, pensar como a psicologia se insere neste debate, fazendo uso da perspectiva sócio-histórica como marco teórico-metodológico, a partir das categorias trabalho e historicidade. Para tal, em termos de método, realizou-se uma pesquisa teórica, de revisão bibliográfica, em bases como CAPES, BVS Psicologia e SCIELO, buscando discussões sobre trabalho como constituinte e constituído na construção do gênero, traçando uma breve retomada histórica da conceituação de gênero, fazendo uso da psicologia Sócio-histórica.

Como resultados foi observado que gênero pode ser entendido como uma construção social e, portanto, precisa ser tratado agarrado a outros crivos como raça, classe e territorialidade. Sendo o trabalho primordial na construção social, temos a divisão sexual do trabalho central para a compreensão do gênero.

Conclui-se entendendo que quando lido isoladamente a noção de gênero cria universalismos perigosos. Resta à psicologia o desafio de atualizar suas contribuições, olhando através de lentes próprias as teorias vigentes. Considerando as especificidades da realidade brasileira, rompendo com nossas origens compromissadas com a manutenção da estrutura capitalista.

Palavras-chave: Gênero, trabalho, psicologia sócio-histórica.

“A política não se situa no pólo oposto ao de nossa vida. Desejemos ou não, ela permeia nossa existência, insinuando-se nos espaços mais íntimos” (DAVIS, 2017, contracapa)

SUMÁRIO

	5
APRESENTAÇÃO	6
1. INTRODUÇÃO	8
2. MÉTODO	11
3. TRABALHO E A PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA	13
4. BREVE PANORAMA SOBRE OS ESTUDOS DE GÊNERO	16
4.1 Gênero no feminismo da Europa pós guerra	16
4.2 Gênero no feminismo dos Estados Unidos na década da mulher	19
4.3 Gênero no feminismo do Brasil até o começo dos anos 2000	21
4.4 Gênero na Nigéria Iorubá nos anos 2000	23
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	29

APRESENTAÇÃO

Começo meus estudos a partir de um incômodo com a sobrecarga de mulheres em diferentes espaços, mas especialmente no espaço político e no espaço doméstico. Neste segundo âmbito, a sobrecarga se dá por uma desresponsabilização dos outros, o que torna a mulher a única designada àquelas tarefas, sem que ninguém nem perceba, e já que a responsabilidade é da mulher, se algo é feito é em tom de ajuda.

No espaço político a mulher precisa gritar para ser ouvida, precisa estabelecer diversas garantias para ser validada, ela não pode parar, tem que fazer tudo ou então não está fazendo o suficiente, o que gera além da sobrecarga uma responsabilização da sua própria sobrecarga e também das mulheres ao redor. Em busca de uma voz, tal qual a dos homens, acabamos por nos soterrar de tarefas e culpa. Para eles ocupar esse espaço é natural, lhes é dado, para nós é todo dia uma guerra interna para nos sentirmos pertencentes, para nos sentirmos apropriadas e quando superamos um pouco essa guerra interna somos apontadas como autoritárias, duras, sem nosso lado feminino do cuidado.

A partir dessas discussões, fui percebendo que pensar a mulher no universo do trabalho sempre foi algo que me inquietava e cativava. Fui me questionando sobre o caráter estrutural dessa opressão de gênero no âmbito do trabalho e então comecei a ler sobre, me deparando com uma imensidão de produções sobre essa intersecção trabalho e gênero. Quanto mais lia, mais me apaixonava por essa discussão e todas suas possibilidades.

Foi possível perceber que há uma variedade extensa de investigações sobre as discussões de gênero no trabalho, em seus diferentes contextos, no entanto mesmo com tal variedade de pesquisas abordando as desigualdades na divisão sexual do trabalho, não há uma articulação coerente e que propicie uma mudança efetiva na sociedade (HIRATA e KERGOAT, 2007).

Seguindo com Hirata e Kergoat (2007), nenhuma mulher está imune às desigualdades de gênero postas, mas de diferentes formas, e a partir de uma infinidade de publicações, foi possível trazer base teórica para eliminar algumas formas de exploração do patriarcado, mas que não contemplam a todas e conseqüentemente não tem levado a transformações significativas. As autoras destacam ainda que faltam investigações acerca da “dimensão da afetividade”, das esferas psicológicas de tal dominação.

Levando em conta essa ausência marcada por Hirata e Kergoat (2007), para pensar a inserção da psicologia neste debate, o presente estudo será realizado a partir da

perspectiva sócio-histórica. A escolha pela sócio-histórica é devido à sua compreensão de objetividade e subjetividade como dimensões de um processo em constante movimento. Entendendo, portanto, o sujeito sócio-histórico enquanto transformado e transformador de seu ambiente. (GONÇALVES; BOCK, 2009).

A concepção de trabalho aqui adotada é a do materialismo histórico-dialético, que o entende como uma atividade vital na constituição do mundo material, mas, também do sujeito (FURTADO, 2011).

Assim como na concepção de sujeito, o trabalho carrega em si uma dialética, ele é a atividade pela qual a humanidade transforma o mundo e a si. “O trabalho é a condição necessária para a realização do humano e, ao mesmo tempo, foi a sua criação o que nos transformou no que somos.” (FURTADO, 2011, p. 63). Fundamentada nessa noção de transformação da natureza onde o próprio sujeito se transforma, pretende-se analisar como se dão as desigualdades de gênero nesse âmbito.

Posto isso, consideramos importante estudar o trabalho na relação com as construções históricas de gênero. A fim de caminhar para uma superação das desigualdades de gênero no mundo do trabalho, devemos considerar que os desafios já superados não englobam as mulheres em suas diversidades e, portanto, é preciso pensar quais são os novos desafios e para quem estão sendo postos.

1. INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa trabalharemos com uma leitura sobre diferentes conceituações de gênero a partir da visão crítica da sócio-histórica e olhando mais especificamente para relação trabalho e gênero. Para tal é importante contextualizarmos sobre as discussões já feitas no cruzamento dessas duas temáticas. Faremos então um breve panorama da inserção da mulher no mundo laboral, falando sobre um desenvolvimento histórico das desigualdades de gênero e como as mulheres foram conquistando direitos no campo do trabalho. Contudo, não nos propomos a fazer uma revisão exaustiva, antes disso, enfatizamos nesse processo momentos marcantes em parágrafos sintéticos.

Desde antes da formação burguesa do Estado e da Família, por volta do século XVI, há uma separação daquilo que cabe ao homem e aquilo que cabe à mulher. Neste momento histórico, há uma articulação dessa separação com as noções de público e privado. Enquanto o homem saía de casa para conquistar o mercado de trabalho, a mulher fica encarregada da casa, dos filhos e do bem-estar da família como um todo. “as mulheres foram historicamente marginalizadas nas funções produtivas e educadas para a submissão” (SAFFIOTI apud. CAVALER et al., 2018, p. 46).

Com a Revolução Industrial e mais tarde com o início da Primeira Guerra Mundial, sucedeu uma demanda por mão de obra desqualificada e barata, e as mulheres foram convocadas a saírem de suas casas e irem para os chãos de fábrica. Contudo, essa inserção na vida pública não acarretou uma desresponsabilização das mulheres pelo ambiente doméstico, esse grupo passou a trabalhar doze horas e ao retornar a suas casas encontravam mais trabalho.

Com o tempo o segundo sexo, termo cunhado por Beauvoir (1970), passou a ocupar vagas mais qualificadas, entretanto, mesmo nesses casos, a mulher é perpetuada no lugar de cuidado, sendo limitada a profissões como enfermeira, professora, assistente social, psicóloga, entre outras. Tais ocupações, por estarem associadas ao feminino, são menos valorizadas e conseqüentemente menos remuneradas, as retendo como subalternas aos homens. (OIT apud. CAVALER et al., 2018, p. 47).

Melo e Castilho (2009) afirmam que a desqualificação do trabalho doméstico é consequência da concepção do trabalho enquanto remunerado. Essa concepção opta por omitir que o trabalho produtivo não acontece independentemente do trabalho reprodutivo. Ao contrário, apesar de sua desvalorização, este é indispensável para possibilitar o trabalho produtivo, visto que a família burguesa é a base para a estruturação do capitalismo e é a

partir desta que é possível a inserção do homem à vida pública. As autoras ainda colocam que:

“A divisão sexual do trabalho invisibilizou o trabalho realizado pelas mulheres dentro dos seus lares e trouxe como consequência uma menor notoriedade social a estas. Eis a raiz do papel subalterno feminino no mundo do trabalho capitalista.” (MELO; CASTILHO apud. CAVALER et al., 2018, p. 47).

Contudo, a entrada da mulher no mercado de trabalho, como apresentada acima, não foi comum a todas as mulheres, as negras e pobres já estavam inseridas na dupla jornada quando as brancas e de classe média e alta saíram para a vida pública. Essa saída de algumas abriu espaço para que outras mulheres, as mulheres “da ralé” - termo que Souza (2009) usa de forma provocativa para referir-se àqueles que não tiveram acesso às oportunidades e não terão aos privilégios - entrassem em suas casas para cuidar do trabalho reprodutivo. Portanto, para que as mulheres da burguesia pudessem viver sua emancipação, as mulheres “da ralé” perderam ainda mais direitos.

Nesse momento do fortalecimento da família, o movimento feminista hegemônico, das sufragistas, foi tecendo críticas e formas de enfrentamento à cristalização da responsabilização da mulher pelo trabalho doméstico e cuidado das crianças, idosos e doentes. Essas mulheres lutavam pelo direito de uma participação na vida pública, elas exigiam o direito de trabalhar e o direito ao voto. Porém, a ideia de sufrágio universal do movimento ainda era excludente, uma vez que as demandas acima apresentadas eram de mulheres brancas da elite, as negras e trabalhadoras tinham outras questões que acabaram invisibilizadas. Tal problematização não é de hoje, na época já havia resistência das mulheres que não cabiam na universalidade proposta (PARADIS, 2020).

Um momento marcante desse movimento feminista alternativo é o discurso de Sojourner Truth (2019), proferido em 1851 em uma reunião sufragista, na qual ela questiona aos presentes “e eu não sou uma mulher?”, apontando que aquele movimento não buscava uma emancipação feminina, mas buscava a emancipação de um grupo específico de mulheres. Enquanto as mulheres brancas/livres eram submetidas a uma maternidade compulsória, as mulheres escravizadas tinham seus filhos postos como produtos e eram negadas o papel de genitoras (SANTOS; OLIVEIRA, 2018).

Feminismos não hegemônicos como o de Sojourner Truth foram, e ainda são silenciados e invisibilizados, já que a ideia de uma mulher universal exclui cor, classe e territorialidade. Oyěwùmí (2020), Saffioti (2013), Lélia Gonzalez (1988) e tantas outras, também denunciaram isso em suas produções.

Neste trabalho, partiremos de mulheres negras, mulheres lésbicas, mulheres do capitalismo periférico porque como Audre Lorde (2019) coloca, enquanto uma não for livre nenhuma será. Essa pesquisa entende que tratar daquela mulher mais marginalizada pelo nosso sistema é tratar de todas, porque quando conseguirmos real liberdade para esta teremos nos livrado de todas as amarras. "O feminismo é acima de tudo um movimento pela justiça de gênero" (FRASER, 2019, p. 44).

Destaco aqui a discussão do feminismo interseccional, nele é reconhecida uma diversidade de formas de opressão que se somam nos nossos corpos, tendo uma percepção da realidade enquanto múltipla. No entanto essa somatória não resulta em uma simples sobreposição de opressões, podemos exemplificar quando observamos que a mulher negra não está contemplada em muitos debates do movimento negro, assim como não está contemplada em certos feminismos. Tais opressões não só se sobrepõem, quando juntadas elas criam um lugar específico na dialética dominação-submissão. A noção de Interseccionalidade, ainda que não com esse nome, caminha junto do feminismo, as mulheres negras, trabalhadoras e periféricas foram e são peças fundamentais para a construção das reivindicações e conquistas desde o movimento sufragista (PARADIS, 2020).

Junto da perspectiva histórica da saída da mulher para o mundo, é importante salientar a noção de gênero que, nas palavras de Cavaler et. al. (2018), o termo gênero "Reflete o fato de que as relações entre os sexos são sociais, permeadas pelo signo do poder." (p. 48). Este termo em seus diferentes usos e entendimentos, será retomado e discutido com mais qualidade nos capítulos seguintes.

Com isso retomamos os objetivos desta pesquisa. Apresenta-se como objetivo geral do estudo compreender conceituações de gênero em diferentes momentos históricos e, simultaneamente, estabelecer semelhanças e diferenças entre estas conceituações. Se propôs também, como objetivos específicos, pensar como a psicologia se insere neste debate, fazendo uso da perspectiva sócio-histórica como marco teórico-metodológico, a partir das categorias trabalho e historicidade.

2. MÉTODO

O presente estudo tem como objetivo geral compreender conceituações de gênero em diferentes momentos históricos, simultaneamente estabelecendo semelhanças e diferenças entre estas conceituações. Propõe-se também, como objetivo específico, pensar como a psicologia se insere neste debate, fazendo uso da perspectiva sócio-histórica, sua compreensão de trabalho e da categoria de historicidade.

Posto isso, procederemos da seguinte forma, com uma pesquisa teórica de caráter qualitativo a partir de uma revisão bibliográfica. A pesquisa contou com trabalhos nos seguintes formatos: artigos, teses e livros.

O levantamento foi realizado a partir de referências bibliográficas de obras relativas ao tema e buscas em mecanismos de pesquisa de artigos acadêmicos, tais como CAPES, BVS Psicologia e SCIELO. As palavras-chave para tais buscas foram: trabalho, trabalho reprodutivo, gênero e feminismo.

A escolha da psicologia sócio-histórica como referencial teórico foi um dos guias para a seleção de bibliografia. Esta carrega em sua origem epistemológica o compromisso de uma atuação crítica e combativa, por não acreditar numa objetividade neutra defende-se uma construção metodológica implicada e entende que a desigualdade social cria diferentes espaços a serem ocupados, diferentes vivências subjetivas e diferentes vivências objetivas (AGUIAR, OZELLA, 2006; GONÇALVES, BOCK, 2009).

Destaco também que para essa abordagem a noção de historicidade é vital na compreensão do sujeito e do mundo no qual ele se insere:

“O trabalho com a historicidade permite tomar sujeito e subjetividade como constituídos historicamente, a partir da ação do sujeito sobre o objeto. É a partir desses pressupostos que a Psicologia Sócio-Histórica define, como objeto, a dialética subjetividade-objetividade e trabalha com as categorias do psiquismo como chave para a compreensão desse processo” (GONÇALVES, BOCK, 2009, p. 141)

Portanto, foram trabalhados aqui os diálogos entre trabalho e gênero a partir de diferentes conceituações de gênero sob a luz da noção de trabalho e da categoria historicidade.

Para construção dos capítulos, assim como dos materiais utilizados, foram feitas escolhas uma vez que não conseguiríamos contemplar a problemática de gênero no trabalho em sua totalidade. Para isso, empregando o recurso de “fotografias textuais”, elegemos excertos de quatro obras que tratam sobre gênero. Estas foram escolhidas como representativas de momentos ou fases marcantes de um período histórico georreferenciado. Baseado nestas produções seguimos para compreender como foi caracterizado o trabalho ao longo deste processo histórico.

Desse modo, como resultados esperados, o estudo tem o intuito de contribuir no traçado de uma superação da desigualdade de gênero, especialmente no âmbito do trabalho, especialmente no que tange ao papel e ao compromisso ético-político da Psicologia enquanto ciência e profissão.

3. TRABALHO E A PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA

Silvia Lane, quem inaugurou a perspectiva sócio-histórica na Psicologia, afirmou uma nova concepção de homem para o campo – rompendo com a noção de sujeito natural e individual do liberalismo, ela passa a pensar no sujeito histórico que se forma na “(...) intersecção de sua história com a história da sociedade – [sendo que] apenas este conhecimento nos permitiria compreender o homem enquanto produtor da história” (LANE, 1984a, p.13 apud GONÇALVES; BOCK, 2018, p. 142). Partindo então, do escopo teórico da psicologia sócio-histórica, esta pesquisa compreende a noção de trabalho como central na estruturação objetiva e subjetiva da sociedade e de seus indivíduos.

Para melhor desenvolver a noção de trabalho nos baseamos em algumas categorias, tais como historicidade, mediação e atividade. O uso de categorias é uma forma de perceber a realidade como um processo, entendendo que o fenômeno estudado não é estático. A utilização de categorias “garantirá a apreensão das contradições, do movimento, enfim, do fenômeno concreto.” (AGUIAR; MACHADO, 2016, p.263).

Começando pela categoria historicidade, entende-se que esta irá nos guiar na compreensão de que o objeto de pesquisa é dinâmico. Nela se compreende o contexto histórico reconhecendo seu caráter processual e contraditório. O aspecto processual está no entendimento do ser humano a partir do trabalho como atividade e o contraditório está nos aspectos intrínsecos ao processo que, atuando simultaneamente, são marcados por contrários (GONÇALVES; BOCK, 2018).

Outra importante categoria para nos auxiliar na construção de um diálogo entre trabalho e gênero é a mediação:

“Essa categoria possibilita explicar/compreender que, embora o homem possa, potencialmente, como membro da espécie humana, alcançar sua humanidade, ele só o faz por meio das relações sociais que mantém com outros homens e com a cultura até então acumulada.” (DAVIS, AGUIAR, 2010, p.235)

A terceira categoria é a atividade, diferente das categorias anteriores que são uma categorias teóricas, esta é uma das categorias do psiquismo:

“Ela [a atividade] está relacionada ao próprio processo de constituição do homem e é nela e através dela que o homem transforma a natureza. À medida que registra essa atividade internamente vai constituindo sua subjetividade. Assim, Atividade e Subjetividade são dimensões categoriais que guardam entre si uma articulação dialética.” (AGUIAR, MACHADO, 2016, p.265)

Entendemos então que a atividade só se realiza no convívio social, através do trabalho, por isso nos é importante, pois é ela que melhor traduz como a subjetividade do ser humano é constituída no trabalho (DAVIS, AGUIAR, 2010).

Tendo estas três categorias como referências, falaremos sobre o trabalho para a psicologia sócio-histórica. Adotando a concepção do materialismo histórico dialético, entende-se que é por meio do trabalho que produzimos materialmente nosso entorno, e é também nele que nossa subjetividade ganha novos delineados. “Como nos lembra Bock (2009), se falarmos do homem sem falar de suas condições de vida, sem falar do trabalho, da cultura que o constitui, na verdade não se fala nada, ‘faz-se ideologia’.” (AGUIAR, OZELLA, 2006, p. 69).

O trabalho é predominantemente imposto por condições objetivas. Como é o caso da maioria dos empregos, de um sujeito que trabalha como recepcionista não por amor ao que faz, mas porque precisa ter o que comer, ter onde morar etc. No entanto, a forma como o ser humano o realiza foi alterando a natureza de tal forma que muitas vezes o produto do trabalho fica distante do sujeito. Continuando no nosso exemplo, o trabalho como recepcionista não fornece comida, ou abrigo diretamente, mas o faz indiretamente. (FURTADO, 2011):

A relação dialética do ser humano com a natureza através da atividade consciente produz relações de sociabilidade e de cultura. Ao produzir os meios de sobrevivência e construir seu mundo, o homem não age de forma meramente natural, instintiva, antes, desenvolve potencialidades e formas de relacionamentos entre os homens, cria formas de compreender a natureza e a si mesmo, cria e apropria-se de sua história. [...] O mundo resultante do trabalho humano já não é um mundo meramente natural, mas é um mundo social e histórico, repleto de sentidos e significados construídos nos atos coletivos da produção. (FURTADO, SVARTMAN, 2009, p. 13)

Ao colocar isso, os autores se referem a um ponto anterior da divisão sexual do trabalho, pois eles compreendem trabalho diferentemente de atividade laboral, o trabalho que eles aqui se referem diz respeito à intervenção humana sobre o ambiente. No entanto há uma articulação histórica entre as duas concepções; ou seja, o trabalho produz o humano, mas de acordo com situações que vão sendo historicamente definidas e isso leva à dominação pelo trabalho, à divisão sexual do trabalho, à alienação pelo trabalho. Portanto os dois sentidos do trabalho apresentados articulam-se dialeticamente, contraditoriamente, como unidade de contrários, produzida por processos históricos, decorrentes do próprio trabalho.

É preciso entender que essa teorização do trabalho não é sinônimo do que chamamos hoje de emprego, é sobre a forma como o ser humano interage com o mundo, é a ação intencional que temos e que altera a natureza. Ou seja, cabe nesse conceito, o trabalho de uma operária na indústria, o trabalho de doméstico de uma dona de casa, mas também ações que comumente não chamamos de trabalho como algo recreativo.

Assim sendo, a psicologia sócio-histórica carrega em sua origem epistemológica o compromisso de uma atuação crítica e combativa. Por não acreditar numa objetividade neutra, defende-se uma construção metodológica implicada e entende que a desigualdade social cria diferentes espaços a serem ocupados, diferentes vivências objetivas e diferentes vivências subjetivas (AGUIAR; OZELLA, 2006; GONÇALVES; BOCK, 2009).

4. BREVE PANORAMA SOBRE OS ESTUDOS DE GÊNERO

Neste capítulo nos propomos a olhar a construção histórica da categoria gênero na sociedade ocidental a partir da segunda guerra. Apresentaremos concepções que por vezes são antagônicas, pois é importante trazermos desde as leituras mais clássicas e conceituadas até as mais atuais e próximas à realidade brasileira. Contudo, não nos propomos a fazer uma revisão exaustiva, antes disso usaremos o recurso de “fotografias textuais” a partir de quatro obras escolhidas como representativas de momentos ou fases marcantes deste processo histórico.

Faremos a leitura destes excertos a partir da perspectiva da psicologia sócio-histórica, em especial da noção de trabalho, mas também das outras categorias que foram apresentadas no capítulo anterior.

A primeira obra que analisaremos sob estas lentes é *O Segundo Sexo* (1949) de Simone de Beauvoir.

4.1 Gênero no feminismo da Europa pós guerra

Simone Lucie Ernestine de Marie Bertrand de Beauvoir, conhecida como Simone de Beauvoir, viveu de 1908 a 1986 na França. Estudou na Universidade Sorbonne, e em 1929 se formou em filosofia. Foi escritora, memorialista e filósofa existencialista e, junto de seu companheiro Jean-Paul Sartre, é considerada uma das maiores pensadoras do movimento existencialista.

Seu livro *O Segundo Sexo* (1949) alcançou repercussão internacional e marcou toda uma geração interessada, como a autora, no combate das questões ligadas à opressão feminina. O livro, escrito em dois volumes, é até hoje considerado um ponto de partida teórico por diversos grupos feministas e é uma obra clássica do pensamento contemporâneo.

Seguido desta pequena contextualização deixamos aqui um trecho da introdução do primeiro volume do livro acima citado:

Hesitei muito tempo em escrever um livro sobre a mulher. O tema é irritante, principalmente para as mulheres. E não é novo. A querela do feminismo deu muito que falar: agora está mais ou menos encerrada. Não toquemos mais nisso. No entanto, ainda se fala dela. E não parece que as volumosas tolices que se disseram neste último século tenham realmente esclarecido a questão. Demais, haverá realmente um problema? Em que consiste? Em verdade, haverá mulher? Sem dúvida, a teoria do eterno feminino ainda tem adeptos; cochicham: "Até na Rússia elas permanecem mulheres". Mas outras pessoas igualmente bem informadas — e

por vezes as mesmas — suspiram: "A mulher está se perdendo, a mulher está perdida". Não sabemos mais exatamente se ainda existem mulheres, se existirão sempre, se devemos ou não desejar que existam, que lugar ocupam no mundo ou deveriam ocupar". "Onde estão as mulheres?", indagava há pouco uma revista intermitente. Mas antes de mais nada: que é uma mulher? "Tota mulier in utero: é uma matriz", diz alguém. Entretanto, falando de certas mulheres, os conhecedores declaram: "Não são mulheres", embora tenham um útero como as outras. Todo mundo concorda em que há fêmeas na espécie humana; constituem, hoje, como outrora, mais ou menos a metade da humanidade; e contudo dizem-nos que a feminilidade "corre perigo"; e exortam-nos: "Sejam mulheres, permaneçam mulheres, tornem-se mulheres". Todo ser humano do sexo feminino não é, portanto, necessariamente mulher; cumpre-lhe participar dessa realidade misteriosa e ameaçada que é a feminilidade. [...] Os norte-americanos, em particular, pensam que a mulher, como mulher, não existe mais; se uma retardada ainda se imagina mulher, as amigas aconselham-na a se fazer psicanalisar para livrar-se dessa obsessão. A propósito de uma obra, de resto assaz irritante, intitulada *Modern Woman: a lost sex*, Dorothy Parker escreveu: "Não posso ser justa em relação aos livros que tratam da mulher como mulher... Minha idéia é que todos, homens e mulheres, o que quer que sejamos, devemos ser considerados seres humanos". Mas o nominalismo é uma doutrina um tanto limitada; e os antifeministas não têm dificuldade em demonstrar que as mulheres não são homens. Sem dúvida, a mulher é, como o homem, um ser humano. Mas tal afirmação é abstrata; o fato é que todo ser humano concreto sempre se situa de um modo singular. [...] A atitude de desafio dentro da qual se crispam as norte-americanas prova que são dominadas pelo sentimento de sua feminilidade. E, em verdade, basta passear de olhos abertos para comprovar que a humanidade se reparte em duas categorias de indivíduos, cujas roupas, rostos, corpos, sorrisos, atitudes, interesses, ocupações são manifestamente diferentes: talvez essas diferenças sejam superficiais, talvez se destinem a desaparecer. O certo é que por enquanto elas existem com uma evidência total.

Se a função da fêmea não basta para definir a mulher, se nos recusamos também explicá-la pelo "eterno feminino" e se, no entanto, admitimos, ainda que provisoriamente, que há mulheres na terra, teremos que formular a pergunta: que é uma mulher?

O próprio enunciado do problema sugere-me uma primeira resposta. É significativo que eu coloque esse problema. Um homem não teria a idéia de escrever um livro sobre a situação singular que ocupam os machos na humanidade. Se quero defini-la, sou obrigada inicialmente a declarar: "Sou uma mulher". Essa verdade constitui o fundo sobre o qual se erguerá qualquer outra afirmação. Um homem não começa nunca por se apresentar como um indivíduo de determinado sexo: que seja homem é natural. É de maneira formal, nos registros dos cartórios ou nas declarações de identidade que as rubricas, masculino, feminino, aparecem como simétricas. A relação dos dois sexos não é a das duas eletricidades, de dois pólos. O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos "os homens" para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocábulo *vir* o sentido geral da palavra *homo*. A mulher aparece como o negativo, de modo que toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade. [...] A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro. (DE BEAUVOIR, 1970, v. I, p. 7-10)

Apesar da escrita e publicação de *O Segundo Sexo* (1949) ter sido anterior à formulação do conceito de gênero por Stoller, em 1968, Beauvoir discorre sobre o que é

ser mulher, como isto se diferencia do ser homem e qual a relação entre estes. Assim sendo, a autora trata sobre o que entendemos por gênero.

Beauvoir começa a construir uma diferenciação do biológico com o social e, como posto no texto acima, não é a primeira a fazer isso, ela se refere às feministas estadunidenses que ao marcar tal distância vão rompendo com a noção do feminino como algo imutável e rígido e, ao fazerem isso, buscam abdicar do imaginário da mulher.

Tal abdicção é, para elas, como uma forma de entrarem em pé de igualdade com os homens, entendendo a opressão vivida como consequente do rótulo de mulher. Como afirma Beauvoir, elas não estão completamente equivocadas, está intrínseco ao ser mulher um papel subordinado na sociedade, contudo, não é um simples rótulo que carrega tal dominação. Reivindicar que todos somos seres humanos e por tal motivo não deveríamos ter relações de dominação e subordinação por sexo é justo e correto, no entanto não se pode concretizar isto a partir de uma forma de encarar o mundo que não considera ações concretas para mudá-lo.

Para a autora, a diferenciação dos sexos é mais que biológica, está intrínseca a nossa estrutura social, está na forma como cada um se comporta, se veste, com o que trabalha entre tantas outras marcas que separam o feminino do masculino. Beauvoir ainda afirma que estas marcas estão mudando, mas que, quando escreve, elas ainda estão vigentes e agir como se não tivessem não as retirará.

No último parágrafo do excerto destacado, a autora discute sobre como a mulher carrega consigo a marca do gênero, mas o homem, não. Esta é uma importante contribuição para como pensamos gênero. Atualmente, esta caracterização já é mais nítida, mas tratar disso quando Beauvoir tratou é notavelmente vanguardista. Não podemos falar de gênero nos referindo exclusivamente às mulheres, assim como na sócio-histórica não tratamos da objetividade apartada da subjetividade. O homem, o masculino, é tão integrante, e integrado, pelo gênero como a mulher.

Desse modo a autora delinea o que nomeamos de gênero como algo diferente de sexo e que transcende a biologia, considerando a construção social, no entanto, o social considerado é ainda limitado. Como de costume à época, Beauvoir trata de uma mulher universal, desconsiderando raça, classe e o foco desta pesquisa, o trabalho. Saffioti (1999) justifica por ela que “Não sendo Beauvoir historiadora, não se podia dela esperar, na década de 1940, que particularizasse os segmentos estudados. O livro certamente não teria tido o alcance que teve se não se referisse ao universal MULHER.” (p. 159). Portanto, não

obstante de todas as contribuições precursoras, temos como destaque importante sobre as produções deste momento histórico que o trabalho não está posto como central.

4.2 Gênero no feminismo dos Estados Unidos na década da mulher¹

Ainda do norte global o excerto *a seguir é do texto* Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença (2019), originalmente apresentado em 1980, pela estadunidense Audre Lorde.

A autora viveu de 1934 a 1982 em Nova Iorque e definia-se “Como uma negra lésbica, feminista, socialista de 49 anos, mãe de dois filhos, inclusive um menino, e membro de um casal interracial” (LORDE, 2019, p. 546). Sua obra mais conhecida é o livro *Irmã Outsider* (1984) no qual expõe, de modo sagaz, suas diversas formas de militância e resistência. Este livro foi publicado numa época e contexto em que o movimento feminista e a discussão sobre gênero estavam bastante fortes e organizadas (DAVIS, 2017). O destaque às mulheres afro-americanas estava, cada vez mais, tendo sua importância e centralidade reconhecidas.

Seguido desta pequena contextualização deixamos aqui um trecho do artigo acima citado:

A rejeição institucionalizada da diferença é uma necessidade absoluta em uma economia baseada no lucro que precisa de forasteiros como superávit. Como membros dessa economia, todos nós fomos programados para reagir com medo e ódio às diferenças humanas e a lidar com essas diferenças de determinada maneira, dentre três: ignorá-las e, se isso não for possível, imitá-las se acharmos que são dominantes, ou destruí-las se acharmos que são subordinadas. Mas não temos modelos para conviver com nossas diferenças como iguais. Em consequência disso, essas diferenças têm sido mal interpretadas e mal utilizadas a serviço da separação e da confusão.

Sem dúvida, entre nós existem diferenças bem reais de raça, idade e gênero. Mas não são elas que estão nos separando e sim nossa recusa em reconhecer essas diferenças e em examinar as distorções que resultam do fato de nomeá-las de forma incorreta e aos seus efeitos sobre o comportamento e a expectativa humana. [...]

É tarefa da vida inteira para cada um de nós retirar essas distorções de nossa vida ao mesmo tempo que reconhecemos, reivindicamos e definimos essas diferenças com base nas quais elas são impostas. Pois todos nós fomos criados em uma sociedade na qual essas distorções faziam parte de nossa vida. Com muita frequência usamos a energia necessária para reconhecer e explorar as diferenças, para fingir que essas diferenças são barreiras insuperáveis, ou que elas simplesmente não existem. Isso resulta em um isolamento voluntário, ou em vínculos falsos e traiçoeiros. De uma forma ou de outra, não desenvolvemos

¹ Os anos de 1976 a 1985 foram marcados como a década da mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU). Para mais informações conferir DAVIS, Angela. As mulheres nos anos 1980: derrotas e vitórias. In: DAVIS, Angela. Mulheres, cultura e política. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 83-85.

mecanismos para usar a diferença humana como um trampolim para uma mudança criativa em nossa vida. Não falamos de diferença humana, mas de anormalidade humana. [...]

Ignorar as diferenças de raça entre mulheres e as implicações dessas diferenças representa a mais séria ameaça à mobilização de forças das mulheres.

Enquanto as mulheres brancas ignoram seu privilégio natural de brancura e definem a mulher apenas em termos de sua própria experiência, as mulheres de cor se tornam “outras”, as forasteiras cuja experiência e tradição são “exóticas” demais para se entender. Um exemplo disso é a ausência marcante da experiência de mulheres de cor como material em estudos sobre mulheres. [...]

Essa é uma questão muito complexa, mas acredito que uma das razões pelas quais as mulheres brancas têm tanta dificuldade em ler a obra das mulheres negras é por causa de sua relutância em ver as mulheres negras como mulheres e diferentes de si mesmas. [...]

Recusar-se a reconhecer a diferença torna impossível enxergar os diferentes problemas e armadilhas que nós, mulheres, enfrentamos. [...]

Compartilhamos alguns problemas como mulheres, outros não. Vocês temem que seus filhos cresçam e se juntem ao patriarcado e testemunhem contra vocês, nós tememos que nossos filhos sejam arrancados de um carro e assassinados com um tiro no meio da rua, e que vocês darão as costas às razões pelas quais eles estão morrendo. [...]

Como uma lésbica feminista negra, confortável com os diversos ingredientes de minha identidade, e uma mulher comprometida com a liberdade racial e sexual, vejo que sempre estou sendo encorajada a arrancar algum aspecto de mim mesma e mostrar esse aspecto como sendo o todo significativo, eclipsando ou negando as outras partes do eu. Mas essa é uma maneira destrutiva e fragmentada de viver. Só disponho de toda a minha energia concentrada quando integro todas as partes de quem eu sou, abertamente, permitindo que a força de determinadas fontes de minha vida flua livremente através de meus diferentes eus, sem as restrições de uma definição imposta de fora. Só então posso colocar a mim mesma e às minhas energias como um todo a serviço das lutas que abraço como parte de minha vida. [...]

Mas nossa sobrevivência futura depende de nossa capacidade em nos relacionar na igualdade. Como mulheres, precisamos desenraizar padrões internalizados de opressão que existem dentro de nós mesmas se quisermos ir além dos aspectos mais superficiais da mudança social. Agora precisamos reconhecer diferenças entre mulheres que são nossas iguais, nem inferiores nem superiores, e encontrar maneiras de usar a diferença para enriquecer nossas visões e nossas lutas. [...]

Como Paulo Freire mostra tão bem em *Pedagogia do oprimido*, o verdadeiro foco da mudança revolucionária nunca está simplesmente nas situações opressivas das quais buscamos fugir, mas sim naquele pedaço do opressor que está plantado no fundo de cada um de nós, e que só conhece as táticas do opressor, as relações do opressor. (LORDE, 2019, p. 247-259)

Assim como no excerto anterior, este não trata diretamente da conceituação de gênero, mas a partir das desigualdades dessa categoria, vividas especialmente pelas mulheres, Lorde (2019) traz uma contribuição indispensável para nossa discussão. Assim

como ela, outras autoras também apontaram e apontam nesta mesma direção, como Angela Davis (2016) e Lélia Gonzalez (1988).

A base deste artigo é exatamente um dos pontos mais criticados nas produções de Simone de Beauvoir. Ou seja, ele parte da diferença em termos teórico-conceituais, o próprio título já faz essa marcação. Ao considerar a diversidade como central na discussão de gênero, Lorde avança na compreensão desta categoria, nos mostrando que uma leitura “pura” desta não só é irreal, como privilegia aquelas e aqueles que já detêm poder na estrutura capitalista. A partir disso, ela destaca algumas outras esferas que considera inalienáveis da discussão, como a raça, mas não só.

Apesar de ainda sub apresentada, a temática do trabalho começa a ganhar centralidade nos debates quando entendemos que gênero e classe estão num mesmo nó, em termos conceituais e políticos.

4.3 Gênero no feminismo do Brasil até o começo dos anos 2000

Avançando alguns anos e mudando a referência geográfica, chegamos a Heleieth Iara Bongiovani Saffioti, socióloga, branca e brasileira que viveu de 1934 a 2010. Reconhecidamente marxista, a autora dedicou a vida aos estudos de gênero.

Logo depois de se formar em 1960, começou, sob orientação de Florestan Fernandes, sua tese de livre-docência na Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) intitulada *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade* (1969). Até o fim de sua vida seguiu ativamente inserida no meio acadêmico, lecionou em diferentes universidades do Sudeste e teve mais de dez livros publicados, abarcando a situação da mulher brasileira em diferentes condições e contextos.

A escolha deste excerto se deu pela maneira sintética e direta com que a autora traz a discussão sobre gênero. Também entendendo que mesmo datado dos anos 2000, Saffioti carrega em si uma importante representação das produções feministas brasileiras desde a ditadura civil-militar.

A partir desta breve contextualização deixamos aqui um trecho do capítulo *O conceito de gênero*, publicado no livro *Gênero, patriarcado, violência* (2004):

A expressão violência doméstica costuma ser empregada como sinônimo de violência familiar e, não tão raramente, também de violência de gênero. Esta, teoricamente, engloba tanto a violência de homens contra mulheres quanto a de mulheres contra homens, uma vez que o conceito de gênero é aberto, sendo este o grande argumento das críticas do conceito de patriarcado, que, como o próprio nome indica, é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens.

Para situar o leitor, talvez convenha tecer algumas considerações sobre gênero. Este conceito não se resume a uma categoria de análise, como muitas estudiosas pensam, não obstante apresentar muita utilidade enquanto tal. Gênero também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito investimento intelectual. Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias [...]. Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino.

O conceito de gênero não explicita, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres. Muitas vezes, a hierarquia é apenas presumida. Há, porém, feministas que veem a referida hierarquia, independentemente do período histórico com o qual lidam. Aí reside o grande problema teórico, impedindo uma interlocução adequada e esclarecedora entre as adeptas do conceito de patriarcado, as fanáticas pelo de gênero e as que trabalham, considerando a história como processo, admitindo a utilização do conceito de gênero para toda a história, como categoria geral, e o conceito de patriarcado como categoria específica de determinado período, ou seja, para os seis ou sete milênios mais recentes da história da humanidade (LERNER, 1986; JOHNSON, 1997; SAFFIOTI, 2001). Em geral, pensa-se ter havido primazia masculina no passado remoto, o que significa, e isto é verbalizado oralmente e por escrito, que as desigualdades atuais entre homens e mulheres são resquícios de um patriarcado não mais existente ou em seus últimos estertores. De fato, como os demais fenômenos sociais, também o patriarcado está em permanente transformação. [...] (SAFFIOTI, 2004, p. 44-46)

Saffioti, como grande estudiosa das relações de gênero, foi leitora de Beauvoir e contemporânea de Lorde. Assim como a segunda, a autora considera de grande relevância considerar categorias como raça e classe para entender a noção de gênero (SAFFIOTI, 2013).

Como sistematizado por Scott (1990), “O gênero, então, fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana.” (p. 89). Saffioti parte desta compreensão de gênero como categoria de análise, mas não se limita a ela. Para a autora o termo é também uma importante categoria histórica.

O termo na qualidade de categoria de análise e categoria histórica surge como uma importante ferramenta de disputa, como uma forma de produzir uma leitura crítica sobre uma opressão pensando em sua superação. Atualmente falar de gênero por si só é limitado - é preciso pensar quais categorias se interseccionam, quais categorias formam o “nó”, para conseguirmos verdadeiramente compreender e então analisar a realidade. Assim como não pensamos um sujeito sem gênero, também não pensamos um sujeito sem classe, um sujeito sem raça, um sujeito sem nacionalidade.

Dentre as autoras acima apresentadas, Saffioti é a que mais nitidamente marca o capitalismo no desenvolvimento do conceito estudado. Salientando o sistema patriarcal como derivado deste, algo historicamente recente, e que altera a forma como se constroem

as relações de gênero, mesmo que estas já existissem antes desta estrutura. Para adotar tal perspectiva a autora diferencia três tipos de leituras possíveis: “as adeptas do conceito de patriarcado, as fanáticas pelo de gênero e as que trabalham” (SAFFIOTI, 2004, p. 45). Se colocando no terceiro tipo, Saffioti destaca que a perspectiva do trabalho é essencial para nos permitir uma leitura adequada de gênero.

Seguindo na concepção de gênero como uma construção social, e o trabalho como central nessa construção, temos a divisão sexual do trabalho central para a compreensão do gênero. Apesar de seu pioneirismo na academia Saffioti não foi a única a caminhar neste sentido, outras autoras como Helena Hirata (2007) e Elisabeth Souza Lobo (2011) também o fizeram.

4.4 Gênero na Nigéria Iorubá nos anos 2000

Oyèrónkẹ Oyěwùmí é uma socióloga e escritora Iorubá nascida em 1957. Ela frequentou a Universidade de Ibadan e a Universidade da Califórnia e é atualmente professora de sociologia na Universidade Stony Brook. A autora tem ganhado maior visibilidade no mundo acadêmico ocidental com suas produções feministas que tomam a África como central. Seu único livro publicado no Brasil é *A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero* (2021).

Aqui usaremos trechos do artigo *Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas* (2020), originalmente publicado em 2004.

Os últimos cinco séculos que conhecemos como a Modernidade, foram definidos por uma série de processos históricos, incluindo o tráfico atlântico de escravos e instituições que acompanharam a escravidão e a colonização europeia de África, Ásia e América Latina. A ideia de modernidade evoca o desenvolvimento do capitalismo e da industrialização, bem como o estabelecimento de estados-nação e o crescimento das disparidades regionais no sistema-mundo. O período testemunhou uma série de transformações sociais e culturais. Significativamente, gênero e categorias raciais surgiram durante essa época como dois eixos fundamentais a partir dos quais as pessoas foram exploradas e as sociedades foram estratificadas.

[...] Neste artigo, meu objetivo é interrogar o conceito de gênero e outros a ele relacionados com base em experiências e epistemologias culturais africanas. O foco aqui é questionar o sistema da família nuclear, uma forma especificamente europeia e ainda assim ponto de partida para muitos dos conceitos que são usados universalmente na pesquisa de gênero.

[...] Hoje, as estudiosas feministas são as mais importantes na pesquisa sobre gênero e são fonte de vasto conhecimento sobre mulheres e hierarquias de gênero. Como resultado de seus esforços, o gênero tornou-se uma das categorias analíticas

mais importantes na empreitada acadêmica de descrever o mundo e na tarefa política de prescrever soluções. Assim, embora nossa busca por conhecimento não possa ignorar o papel das feministas ocidentais, devemos questionar a identidade social, os interesses e preocupações das fornecedoras de tais conhecimentos.

É evidente que as experiências das mulheres euro-estadunidenses e seu desejo por transformação forneceram as bases para as perguntas, conceitos, teorias e preocupações que produziram a pesquisa de gênero. Pesquisadoras feministas usam gênero como o modelo explicativo para que se compreenda a subordinação e a opressão das mulheres em todo o mundo. De uma só vez, elas assumem a categoria “mulher” e sua subordinação como universais. Entretanto, gênero é antes de tudo uma construção sociocultural. Como ponto de partida da investigação, não podemos considerar como dado o que de fato precisamos investigar.

Se o problema do gênero torna-se central na vida das mulheres brancas a ponto de outras dimensões serem excluídas, temos de nos perguntar: por que o gênero? Por que não alguma outra categoria, como raça, por exemplo, que é vista como fundamental pelos afro-estadunidenses? O gênero é socialmente construído, a categoria social “mulher” não é universal. [...] Em que medida uma análise de gênero revela ou oculta outras formas de opressão? Quais são as condições femininas bem teorizadas pelos estudos feministas? Especificamente que grupo de mulheres é bem teorizado? Até que ponto a colocação do gênero em primeiro plano contribui com os desejos das mulheres e sua vontade de entender-se mais claramente?

[...] Talvez a crítica mais importante sobre as articulações feministas em relação ao gênero seja aquela feita por uma série de estudiosas afro-estadunidenses que apontam que, pelo menos nos Estados Unidos, gênero não pode, de forma alguma, ser pensado à parte de raça e classe. Essa posição levou a ênfases sobre as diferenças entre as mulheres e à necessidade de teorizar múltiplas formas de opressão, especialmente quando desigualdades de raça, gênero e classe são evidentes.

[...] Estou inclinada a crer que os conceitos feministas estão enraizados na família nuclear. Essa instituição social constitui a base da teoria feminista e representa o meio através do qual os valores feministas se articulam. E isso apesar da crença generalizada entre as feministas de que seu objetivo é subverter essa instituição dominada pelos homens e a crença entre os detratores do feminismo de que o movimento é anti família. Ainda que o feminismo tenha se tornado global, é a família nuclear ocidental que fornece o fundamento para grande parte da teoria feminista. Assim, os três conceitos centrais que têm sido os pilares do feminismo, mulher, gênero e sororidade, só podem ser compreendidos se analisarmos cautelosamente a família nuclear da qual eles emergem.

[...] O que é a família nuclear? A família nuclear é uma família generificada por excelência. Cada casa, ocupada apenas por uma família, é centrada em uma mulher subordinada, um marido patriarcal e seus filhos. Essa estrutura, centrada na unidade conjugal, presta-se à promoção do gênero como categoria natural e inevitável. Não existem categorias transversais desprovidas de gênero nessa família. Em uma casa generificada, encabeçada pelo homem e com dois genitores, o homem-chefe é concebido como provedor e a mulher está associada ao doméstico e ao cuidado.

[...] Distinções de gênero são a base do estabelecimento e do funcionamento desse tipo de família, bem como a base da hierarquia e opressão que se articulam em seu interior. Da mesma forma, a uniformidade do gênero é uma importante fonte de identificação e solidariedade. Assim, as filhas se auto identificam, como mulheres, com sua mãe e irmãs, e os filhos se auto identificam com seus pais e irmãos.

[...] Além disso, como raça e classe normalmente não variam na família, faz sentido que o feminismo branco, preso no interior dessa família, não enxergue raça e classe.

Assim, a categoria fundamental da diferença, que aparece como universal a partir dos limites da família nuclear, é o gênero. A mulher no centro da teoria feminista, a esposa, nunca sai do espaço domiciliar. Como um caracol, ela carrega a casa em torno de si mesma. Consequentemente, onde houver uma mulher, esse lugar torna-se a esfera privada da subordinação das mulheres. Sua presença define-o como tal. O problema não é que a conceituação feminista comece com a família, mas que ela nunca transcenda os estreitos limites da família nuclear.

Quando se teoriza a partir do espaço limitado da família nuclear, questões de sexualidade são automaticamente acentuadas na discussão de gênero. Mesmo a categoria “mãe” só é inteligível para o pensamento feminista branco, se essa mãe é primeiramente entendida como esposa do patriarca. Como mães são, antes de tudo, esposas, parece não haver uma “mãe” desassociada de seus laços sexuais com um “pai”. Essa é a única explicação para a popularidade do seguinte oxímoro: mãe solteira.

[...] a partir de minha própria pesquisa sobre a sociedade iorubá do sudoeste da Nigéria, apresento um tipo diferente de organização familiar – a família iorubá tradicional. Ela pode ser descrita como uma família não generificada porque seus papéis de parentesco e suas categorias não são diferenciados por gênero. Os centros de poder dentro da família são difusos e não especificados pelo gênero. O princípio organizador fundamental no seio dessa família é a ancianidade baseada na idade relativa, e não no gênero. Consequentemente, as categorias de parentesco codificam ancianidade, não gênero. A ancianidade classifica socialmente as pessoas com base em suas idades cronológicas. Por exemplo, *egbon* se refere ao irmão mais velho, e *aburo*, ao irmão mais novo de quem fala, independentemente do gênero desses irmãos. Diferente do gênero, que é rígido ou estático, o princípio da ancianidade é dinâmico e fluido.

[...] Entender a aplicabilidade de conceitos feministas para expressar e analisar as realidades africanas é o desafio central dos estudos de gênero africanos. A dualidade opositiva macho/fêmea, homem/mulher e o privilégio masculino que a acompanha nas categorias de gênero ocidentais é especialmente alienígena para muitas culturas africanas. Quando realidades africanas são interpretadas com base nessas alegações ocidentais, o que encontramos são distorções, mistificações linguísticas e muitas vezes uma total falta de compreensão, devido à incomensurabilidade das categorias e instituições sociais.

[...] Em outro trabalho, argumentei que o vocabulário do casamento/família em muitas culturas africanas é usado em relações mercador/cliente, que pouco têm a ver com a natureza dos corpos humanos. Análises e interpretações sobre a África devem começar na África. Elas precisam refletir e se basear em contextos culturais e locais específicos, e não em ideias e conceitos importados, normalmente coloniais. (OYĚWÙMÍ, 2020, p. 95-106)

Oyëwùmí neste artigo questiona importantes bases da escolha do gênero como cerne. Enquanto Saffioti coloca que gênero é uma categoria onipresente, ao passo que o patriarcado é datado e circunscrito num período específico (mesmo que um período extenso), Oyëwùmí nos apresenta que essa onipresença do conceito de gênero é carregada da visão ocidentalizada que toma a experiência estadunidense e europeia como absoluta e a generaliza indiscriminadamente para o sul global (SANTOS, MENESES, 2010).

A autora acredita que tal centralidade atribuída ao gênero acontece em consequência de ter como ponto de partida a família nuclear. Ainda argumenta que as sociedades pré-coloniais não tinham, e muitas ainda não têm, uma hierarquia de gênero dentro da família.

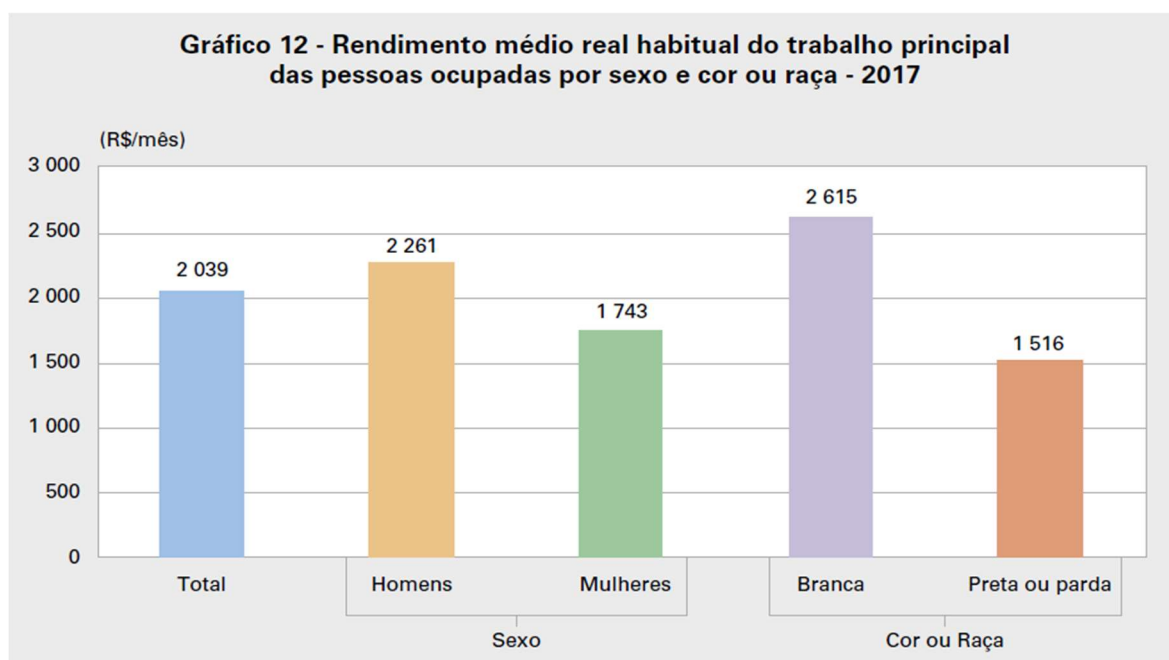
Ao realçar outras categorias que precisam ser incluídas na discussão de gênero Oyěwùmí destaca raça e classe, entendemos que ao marcar a classe como importante peça nas relações de subordinação-dominação a autora, assim como nós, compreende o trabalho como central nesse processo.

A escolha deste excerto se dá pela compreensão de que é fundamental que possamos olhar para nossa realidade e produzir conhecimento a partir dela, assim como Oyěwùmí coloca, isso não significa jogar fora a produção do feminismo hegemônico, mas que é preciso recebê-la criticamente e reconstruí-la a partir da nossa história, assim como a autora nigeriana faz. Há, além de Oyěwùmí, outras autoras que fazem a discussão de gênero partindo de um feminismo decolonial, incluindo María Lugones (2020) e Julieta Paredes (2020) que o fazem a partir da América Latina.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorrer por diferentes territórios e períodos históricos nos foi importante para colocar em prática a noção de historicidade e para compreender a formação do gênero como é visto hoje. Com base nas leituras e discussões apresentadas acima entendemos que gênero é uma importante categoria de análise, mas ele isolado não possibilita um crivo suficiente abrangente para uma leitura acurada das diferenças e desigualdades em contextos diversos. Mas o que isso tem a ver com trabalho?

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2018) as mulheres ainda hoje recebem 23% menos do que os homens no Brasil, e as pessoas negras 42% menos do que as brancas:



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Esses dados afirmam que o rendimento mensal da população brasileira, em 2017, era mediado pelas desigualdades das relações de gênero e de raça, reforçando o apresentado nos capítulos anteriores e contrariando o “senso comum” que afirma os privilégios e o poder como consequentes de mérito e talentos individualizados (SOUZA, 2011).

“Se o homem não for visto como produto e produtor, não só de sua história pessoal, mas da história de sua sociedade, a psicologia estará apenas reproduzindo as condições necessárias para impedir a emergência das contradições e a

transformação social.” (LANE, 1984a, p.13 apud GONÇALVES; BOCK, 2018, p. 142)

Provocadas pelos dados e por Lane (1984) retomamos aqui o compromisso de uma atuação crítica e combativa da psicologia. Está posto para nossa categoria o desafio de atualizar suas contribuições. Isso não quer dizer desconsiderar as teorias construídas até agora, no entanto é preciso olhá-las criticamente sob a lente da realidade brasileira, rompendo com origens compromissadas com a manutenção da estrutura capitalista.

Cabe à psicologia, portanto, entender as repercussões do trabalho na subjetividade das trabalhadoras, como estas são atravessadas pelas desigualdades de gênero, classe, raça, territorialidade e sexualidade. E a partir desta compreensão produzir formas de enfrentamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Wanda M.J.; MACHADO Virginia C.. Psicologia Sócio-histórica como fundamento para a compreensão das significações da atividade docente. Rev. Estudos de Psicologia. Campinas. p. 261-270. abril - junho 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02752016000200008>

AGUIAR, Wanda M. J.; OZELLA, Sergio. Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. Psicologia, ciência e profissão, Brasília, v. 26, n. 2, p. 222-245, Junho 2006. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932006000200006&lng=en&nrm=iso>. access on 19 July 2020. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932006000200006>.

BEAUVOIR, Simone. Introdução. In: BEAUVOIR, Simone. Segundo Sexo: Fatos e Mitos. 4ª. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. v. I, p. 7-24.

CAVALER, Camila Maffiolet; CORTINA, Mônica Ovinski de Camargo; TRICHES, Janete; DE MELLO, Maria Rachel da Silva. Mulheres E Trabalho: Reflexões Sobre As Desigualdades De Gênero A Partir Da Experiência Do Projeto Amora. Revista Diálogos, Brasília, v. 22, ed. 1, p. 44-56, 2018. Disponível em: <https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/9113/6102>. Acesso em: 8 jun. 2020.

Conselho Federal de Psicologia Psicologia: UMA PROFISSÃO DE MUITAS E DIFERENTES MULHERES / Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2013. 250p. ISBN: 978-85-89208-64-2

DAVIS, Angela. As mulheres nos anos 1980: derrotas e vitórias. In: DAVIS, Angela. Mulheres, cultura e política. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 83-85. ISBN 978-85-7559-565-7.

DAVIS, Angela. Contracapa. In: DAVIS, Angela. Mulheres, cultura e política. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. ISBN 978-85-7559-565-7.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Claudia; AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de; Atividade docente: transformações do professor na perspectiva da psicologia sócio-histórica. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 233-344, Jul/Dez 2010

FRASER, Nancy. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. In: HOLLANDA, Heloísa B. de (org.). Pensamento feminista hoje: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 24-48.

FURTADO, Odair. O trabalho e a dimensão subjetiva da realidade. In: FURTADO, Odair. Trabalho e Solidariedade. São Paulo: Editora Cortez, 2011. cap. 3, p. 63-98. ISBN 978-85-249-1848-3.

FURTADO, Odair; SVARTMAN, Bernardo P.. (2009). Trabalho e alienação. Em A. M. B. Bock e M. G. M. Gonçalves (Orgs.), A dimensão subjetiva da realidade: Uma leitura sócio-histórica (pp. 73-115). São Paulo: Cortez.

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; BOCK, Ana Mercês Bahia. A dimensão subjetiva dos fenômenos sociais. In: GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; BOCK, Ana Mercês Bahia (Org.). A dimensão subjetiva da realidade: uma leitura sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2009. p.116-157.

GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; BOCK, Ana Mercês Bahia. A Importância da Ruptura Epistemológica: Nosso Caminho com Silvia Lane. In: SAWAIA, Bader; PURIN, Gláucia Tais (org.). Silvia Lane: Uma Obra em Movimento. ed. São Paulo: Educ, 2018. p. 135-157.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cad. Pesqui., São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, Dec. 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300005&lng=en&nrm=iso>. access on 19 June 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>.

IBGE (Rio de Janeiro). Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira. 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. Revista Isis Internacional, v. 9, p. 133-141, 1988.

LOBO, Elisabeth S.. A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência. 1ª edição 1991. São Paulo, Editora da Fundação Perseu Abramo. 2011.

LORDE, Audre. *Irmã Outsider: Ensaios e Conferências*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloísa B. de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 56-92.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. In: HOLLANDA, Heloísa B. de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 93-107.

PARADIS, Clarisse Goulart. A tradução do pensamento de Angela Davis para o Brasil: por uma história das origens interseccionais do feminismo. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 58, e205818, 2020. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332020000100600&lng=en&nrm=iso>. access on 02 Mar. 2021. Epub Ago 03, 2020. <https://doi.org/10.1590/18094449202000580018>.

PISTICELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo. *Diferenças, igualdade*. São Paulo, Berlendis & Vertecchia, 2009, pp. 116-148.

Paredes, Julieta. Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental. In: HOLLANDA, Heloísa B. de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 223-236.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 528 p. ISBN 978-85-7743-231-8.

SAFFIOTI, Heleieth. O conceito de gênero. In: SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. 1ª. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 44-47. ISBN 85-7643-002-9.

SAFFIOTI, Helieth. I. B. Primórdios do Conceito de Gênero. *Cadernos Pagu.*, v.12, p.157 - 164, 1999.

SCOTT, J. W.. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Sociedade, Porto Alegre, v. 16, nº 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SANTOS, Luciana da Silva; DINIZ, Gláucia Ribeiro Starling. Donas de casa: classes diferentes, experiências desiguais. Psicol. clin., Rio de Janeiro , v. 23, n. 2, p. 137-149, 2011 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652011000200009&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 22 maio 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652011000200009>.

SANTOS, Boaventura Sousa, MENESES, Maria Paula (orgs.) . Epistemologias do Sul São Paulo: Cortez. 2010.

SANTOS, Ineildes Calheiro dos; OLIVEIRA, Eduardo. Experiências das mulheres na escravidão, pós-abolição e racismo no feminismo em Angela Davis. Rev. Estud. Fem., Florianópolis , v. 26, n. 1, e51328, 2018 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000100804&lng=en&nrm=iso>. access on 31 Dec. 2020. Epub Jan 15, 2018. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2018v26n151328>.

SOUZA, Jessé – Senso comum e justificação da desigualdade + A expansão da modernidade para a periferia em A ralé brasileira, quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009.p. 41-48; 117-122.

TRUTH. Sojourner. Eu não sou uma mulher? e outros discursos. Org. Jaqueline Gomes de Jesus. Belo Horizonte: Nandyala, 2019. p.21